

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CLAUDEMIR RODRIGUES DA SILVA

**JUVENTUDE, DESIGUALDADES SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS  
PARA O COMBATE À VIOLÊNCIA**

Curitiba  
2018

CLAUDEMIR RODRIGUES DA SILVA

**JUVENTUDE, DESIGUALDADES SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS  
PARA O COMBATE À VIOLÊNCIA**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista em Sociologia Política, no Curso de Pós- Graduação em Sociologia Política, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Renato Monseff Perissinotto

Curitiba  
2018

## RESUMO

Os dados de violência contra os jovens no Brasil são preocupantes, sendo que, atualmente, os jovens vêm sendo mortos muito facilmente. Deste modo, a pesquisa em foco discutirá acerca das políticas públicas que identificam e tentam ampliar esses dados, a fim de revelar um pouco mais sobre o que está por detrás destes. Todavia, esclareça-se, de início, que o presente trabalho não busca exaurir todas as discussões fomentadas por tais políticas no que tange ao combate à violência. Assim, o foco do trabalho será direcionado para uma discussão acerca da juventude, desigualdades sociais e a formação de identidade e, convergente a isso, as políticas públicas voltadas para a juventude no que tange ao combate à violência. Para tanto, a metodologia aplicada ao trabalho se aterá a um estudo de caráter exploratório, tendo como objetivo principal proporcionar uma maior familiaridade com o problema apresentado. Para tanto, o estudo assumiu, assim, a forma de pesquisa bibliográfica, baseada em pesquisas em livros, publicações periódicas e impressos diversos.

**Palavras-chave:** Políticas. Juventude. Violência.

## **ABSTRACT**

The data on violence against young people in Brazil are worrying, and today young people are being killed very easily. In this way, the focus research will discuss the public policies that identify and attempt to broaden this data in order to reveal a little more about what lies behind these. However, it should be pointed out at the outset that the present work does not seek to exhaust all the discussions promoted by such policies with regard to combating violence. Thus, the focus of the work will be directed to a discussion about youth, social inequalities and the formation of identity and, converging to this, the public policies aimed at youth in the fight against violence. Therefore, the methodology applied to the work will be based on an exploratory study, with the main objective of providing a greater familiarity with the presented problem. Therefore, the study assumed the form of bibliographic research, based on researches in books, periodicals and various printed matter.

**Keywords:** Policies. Youth. Violence.

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	6
2	JUVENTUDE, DESIGUALDADES SOCIAIS E FORMAÇÃO DE IDENTIDADE .	8
2.1	O ENTORNO EM QUE O JOVEM VIVE E SUA FORMAÇÃO DE IDENTIDADE .	8
2.2	JOVENS E MOVIMENTOS SOCIAIS .....	10
2.3	A INTERNET COMO FOMENTADOR DAS DESIGUALDADES SOCIAIS .....	13
3	JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA .....	15
3.1	O QUE SÃO POLÍTICAS PÚBLICAS?.....	15
3.2	PARADOXO ENTRE REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL E POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A JUVENTUDE .....	16
3.3	DESIGUALDADE, ÍNDICES DE VIOLÊNCIA ENTRE OS JOVENS E SUAS CAUSAS .....	17
3.4	JUVENTUDE, CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O COMBATE À VIOLÊNCIA .....	22
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	26
5	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	28

## 1 INTRODUÇÃO

De acordo com o Mapa da Violência, “os índices de mortalidade da população brasileira caíram de 631 mil por 100 mil habitantes, em 1980. Para 608 mil, no ano de 2012” (WAISELFISZ, 2014, p. 12), fato que pode estar relacionado à melhoria da esperança de vida da população, comprovada pelo progresso no índice de desenvolvimento humano – IDH do país, nos últimos anos, conforme nos aponta o documento.

Por outro lado, apesar dos ganhos globais, a taxa de mortalidade entre os jovens praticamente não sofreu alterações, “passando de 643 mortes (por 100 mil jovens), no ano de 1980, para 149 mortes, em 2012”. O que chama a atenção são as causas das mortes desses jovens, pois, “considerando o período de 1980 até 2012, 62,9% das mortes entre os jovens se deve por causas externas”. Dentre essas causas estão incluídos: acidentes de transportes, homicídios e suicídios (WAISELFISZ, 2014, p. 12).

Muitos desses jovens moram nas periferias e convivem diariamente com a violência e a ausência do poder público nas áreas da saúde, educação e assistência social. Diante desse cenário nada favorável cabe o seguinte questionamento: Como é possível garantir a esses jovens o acesso aos direitos básicos?

De tal modo, a proposta dessa pesquisa será discutir acerca das políticas públicas que identificam e tentam ampliar esses dados, a fim de revelar um pouco mais sobre o que está por detrás destes. Todavia, esclareça-se, de início, que o presente trabalho não busca exaurir todas as discussões fomentadas por tais políticas no que tange ao combate à violência.

Ressalta-se, assim, que o trabalho em foco será dividido em dois capítulos, sendo que o primeiro capítulo abordará acerca da juventude, das desigualdades sociais e da formação de identidade, convergindo para o entorno em que o jovem vive como fator de suma importância para a sua formação de identidade. Abarcar-se-á ainda acerca da importância dos movimentos sociais como forma dos jovens protestarem na busca pelos seus direitos e, ainda, a internet como um mecanismo que tende a fomentar as desigualdades sociais.

O segundo capítulo focará nas políticas públicas voltadas para o combate da violência. Para isso, primeiramente, será abordado o conceito de políticas públicas, traçando um paralelo da mesma com as desigualdades sociais persistente na sociedade brasileira, estabelecendo, por conseguinte, uma reflexão acerca do paradoxo entre redução da maioridade penal e políticas públicas voltadas para a juventude. Posteriormente, serão apresentados os índices de violência entre os jovens brasileiros na atual conjuntura e suas causas. E, por fim, serão discutidas

algumas das políticas públicas de maior destaque voltadas para o combate à violência no que tange a este público em foco.

A metodologia aplicada ao trabalho se ateve a um estudo de caráter exploratório, tendo como objetivo principal proporcionar uma maior familiaridade com o problema apresentado. Para tanto, o estudo assumiu, assim, a forma de pesquisa bibliográfica, baseada em pesquisas em livros, publicações periódicas e impressos diversos. A coleta de dados também se baseou em relatos de entrevistas e em seminários e congressos que trataram de assuntos correlatos à presente pesquisa.

## 2 JUVENTUDE, DESIGUALDADES SOCIAIS E FORMAÇÃO DE IDENTIDADE

### 2.1 O ENTORNO EM QUE O JOVEM VIVE E SUA FORMAÇÃO DE IDENTIDADE

O lugar onde se mora, se cresce, aprende a viver em sociedade tem toda a importância para a formação da identidade<sup>1</sup> de um jovem e diz respeito “aos valores sociais a que o sujeito é exposto quer globalmente quer na comunidade em que está inserido”. (MARQUES et al, 2014, p. 27). Assim, para as autoras, (2014, p. 27), esse entorno é considerado como “um processo que se desenrola dentro da esfera das relações sociais onde o adolescente deve compreender quem é, a sua singularidade e o seu papel na sociedade”. Assim, o que o território tem a lhe oferecer, além da família, da igreja, colegas, pode ter toda a influência nesse sentido.

No caso da juventude brasileira, que mora nas periferias, vilas, comunidades, tem-se um território marcado por ausências, sejam elas, ausências de poder público, de possibilidades de lazer, de possibilidades de uma escola de qualidade, etc.

Portanto, há uma série de fatores que apresentam grande influência na vida dos jovens de hoje. Conforme Berger,

[...] O jovem estabelece sua identidade como um indivíduo enquanto mantém suas antigas conexões com elementos significativos do passado, formando novas ligações com os valores de um determinado grupo (O grupo pode ser um grupo de colegas, um grupo étnico, um time, um culto, uma turma ou algum grupo. O aspecto crucial é que todo adolescente de certo modo se identifica com um grande número de indivíduos)”. (BERGER, 2003, p. 325).

Ao se pensar nessa questão de diferenças de juventudes e de bairros dentro da mesma cidade, e, ao se parar para pensar em relação ao Brasil, no que tange a toda a sua diversidade, não seria possível tentar unificar tais fatores e falar somente em uma juventude, pois é sabido que as demandas em cada região são muito distintas. Há uma diversidade muito grande quando se pensa nos territórios periféricos.

Quando se estabelece um comparativo entre bairros que já têm na sua trajetória, na sua história uma composição de rede muito efervescente, de movimentos culturais muito pulsantes,

---

<sup>1</sup> Identidade pode ser concebida como processo resultante de uma construção social, de uma construção pessoal e de uma construção na interação do nível pessoal com o social, sendo assim, ao mesmo tempo algo proposto socialmente e algo reivindicado pessoalmente... Ela é, na nossa concepção, uma construção realizada tanto no outrem como no para si mesmo, tendo por resultado sempre uma “costura”, de uma parte, entre o que é “herdado” e o que é “almejado” e, de outra parte, entre o que é “atribuído” e o que é “assumido”. Trata-se de uma “costura” feita de agulhas e do “tempo” e do “espaço”. (FOLLMAMM, 2001, p. 59).



o orgulho do jovem de pertencer àquele lugar é outro. Isso não é, necessariamente, uma realidade para todas as periferias.

Assim sendo, é importante se ressaltar que há muitas regiões que não têm, por uma série de motivos, toda essa rede, e isso traz consequências na forma com que o jovem se relaciona com o bairro ou ainda com outros indivíduos. Isso implica, muitas vezes, que por ele não ser provido desse orgulho, pode, por exemplo, até mentir no currículo por ficar com receio de dizer o local onde mora, haja vista que muito não falam onde moram porque, muitas vezes, as pessoas nem conhecem.

Todavia, é interessante que há uma geração que está se apropriando desses espaços e, ao invés de ser, para estes, o lugar que o jovem se envergonhe, passa a ser um lugar que motiva a sua luta, conforme nos explicita Marôpo:

Se, por um lado, a vivência e a visibilidade mediática da violência contribuem para uma percepção do bairro como um “gueto violento”, por outro, as crianças e jovens ressaltam relações de amizade e experiências gratificantes associadas ao lazer e à aprendizagem que reforçam um forte sentimento de pertença local. Nesta perspectiva, o bairro é também visto como “uma extensão do lar”, um espaço de liberdade fundamental para estas crianças e jovens, que têm permissão da família para aí circular, e onde o comércio local promove um sentimento de vida comunitária. Por outro lado, são escassas as suas possibilidades de vivenciar experiências além das fronteiras da comunidade, devido à falta de tempo e/ou recursos financeiros dos pais (MARÔPO, 2014, p. 118).

Ao se refletir sobre tudo isso, uma recomendação poderia ser voltada para os projetos sociais, além do poder público em ter um olhar mais direcionado para estes territórios que não tem essa rede de políticas públicas melhor construídas.

E é isso o que o Brasil tem vivenciado nos últimos anos, jovens das periferias empenhados em valorizar o lugar em que vivem porque tiveram algumas oportunidades a mais. Como, por exemplo, os projetos sociais que estão presentes, projetos governamentais e não-governamentais, igrejas que, muitas vezes, desempenham o papel de agregar os jovens, fazendo com os mesmos vejam o mundo, além do espaço onde moram, e, principalmente, as redes sociais. Neste sentido, Marques *et al* evidencia:

As redes sociais, como prolongamento do mundo offline, permitem comunicar com amigos, familiares e colegas, mas permitem também estabelecer novos relacionamentos designados de “anchored relationships”, que consistem em relações de amizade criadas online, mas baseadas na rede de amigos do mundo offline. A socialização no Facebook vem reforçar a manifestação dos afetos junto do grupo de amigos e familiares e vem alargar a rede do “eu social” (MARQUES *et al*, 2014, p. 27).

Portanto, a internet acabou unificando os jovens que, por sua vez, acabam criando suas próprias agendas, suas pautas de reivindicações.

A geração de jovens da atualidade dedica mais do que um quarto do seu tempo diário aos media e em vários ambientes (casa, escola, carro/transportes) com grande profusão de mensagens e acessos constantes à internet: “internet, telefones móveis, representam a constante possibilidade de estar „conectado“, acoplado“ [...], relacionado, sabendo no instante e de maneira constante o que se está a passar, e onde” (Gordo Lopez e Megías Quirós, 2006, p. 74-75). Há uma necessidade permanente de se estar ligado e de se relacionar com os outros através da internet (MARQUES et al, 2014, p. 28).

Sabe-se também que na ausência do poder público, muitas vezes, os projetos sociais, as escolas acabam desempenhando papel fundamental.

Vive-se numa conjuntura em que território e rede se juntam e produzem um tipo de ampliação do campo de possibilidades desses jovens que, no geral, são vistos pelo lado negativo, ou seja, pelo que eles não têm.

Assim, esse é um fator essencial a ser discutido, devido à possibilidade de se denunciar o que não há nesses territórios, mas, ao mesmo tempo, enxergar o que há e que é produzido justamente pelos jovens dessa geração atual.

## 2.2 JOVENS E MOVIMENTOS SOCIAIS

Para estabelecer uma reflexão acerca dos movimentos sociais, primeiramente, cabe a definição do termo ‘juventude’. A juventude é aquela parcela da população, de acordo com o Estatuto da Juventude, aprovado pelo Governo Federal no ano de 2013, que está compreendida a faixa etária entre 15 e 29 anos.

Conforme Bock *et al*, dá-se o nome de adolescência ou juventude,

À fase caracterizada pela aquisição de conhecimentos necessários para o ingresso do jovem no mundo do trabalho e de conhecimentos e valores para que ele constitua sua própria família. A flexibilidade do critério, que nos pode levar a categorizar alguém com vinte e cinco anos como adolescente e alguém com quinze como adulto [...]. (BOCK *et al*, 1999, p. 294).

Portanto, refere-se àquela parcela populacional que precisa de acompanhamento e de políticas públicas para que consiga se desenvolver e chegar à uma vida adulta plena.

Em relação aos movimentos sociais que têm surgido, ressalta-se, primeiramente, que o movimento estudantil nasceu de forma independente, autônoma, tomou proporções, ganhou a sociedade porque não eram somente jovens que estavam nas ruas.

A força motriz de uma sociedade é o jovem. Todos os movimentos acarretados por estes foram um chamamento para que os governantes pudessem dar um novo enfoque para as

reivindicações que hora são postas pela juventude, e não apenas por esta, mas pela sociedade de um modo geral.

Os Movimentos Sociais não se manifestam dissociados do quadro social e político mais amplo das sociedades, quer como estratégia de mobilização e organização tradicional com foco no caráter reivindicativo, quer contemporâneos com foco numa diversidade de desejos e demandas afirmativas porquanto conduzidos por protagonistas de direitos sociais (BALDINO e FREITAS, 2016, p. 906).

Nesta perspectiva, durante séculos foi possível acompanhar que as grandes revoluções foram encabeçadas pelos jovens. E não diferentemente entende-se que a sociedade é cíclica, então a história tende a se repetir nesse modelo. Como exemplo, tem-se uma série de reivindicações encabeçadas pelos jovens brasileiros nestes últimos anos.

Em 2013, estes jovens estavam nas ruas lutando por uma série de reivindicações que iam muito além dos R\$ 0,20 da passagem de ônibus.

Logo no início do mês de junho de 2013, eclodiu no Brasil uma onda de protestos populares que tomou conta das ruas de cidades de quase todo o País. Um mês de manifestações tão intensas, populosas e surpreendentes para governo e sociedade em geral, que hoje é comum a expressão “Manifestações de junho” em alusão a elas. Manifestações que começaram com estudantes protestando contra o reajuste da tarifa do transporte público em capitais como Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro, e foram ganhando novas e diferenciadas bandeiras reivindicatórias: pela qualidade dos serviços públicos de saúde, pela melhoria na qualidade das escolas e universidades públicas, contra a realização de megaeventos esportivos no Brasil - como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 -, contra a corrupção na política, entre tantas outras (BARBOSA, 2014, p. 07).

Portanto, cabe salientar que este movimento reuniu juventudes muito diferenciadas, pois não era o acréscimo de R\$ 0.20 no valor da passagem, mas sim a questão dos direitos que estão em jogo.

Em dezembro de 2013<sup>2</sup>, eles ocuparam os shoppings de São Paulo e revelaram a falta de opção e lazer nas periferias das grandes cidades.

Em 2015, ocuparam as escolas públicas e mostraram que querem participar nas decisões da educação (BALDINO e FREITAS, 2016). Conforme os autores:

Uma oposição juvenil rigorosa às políticas governamentais que visam gestão público-privada das escolas públicas estaduais por intermédio das Organizações Sociais que na prática significam precarização das condições de ensino e docência privatizando a educação e convertendo o direito social à educação como serviço. outra, oposição de estudantes universitários e de educação básica, escolas públicas, universidades e institutos federais de educação, denunciando a PEC de Reformulação do Ensino

---

<sup>2</sup> Conheça a história dos ‘rolezinhos’ em São Paulo. Shoppings são contra aglomerações de jovens marcadas via redes sociais. Encontros ganharam repercussão na capital paulista em dezembro de 2013. (Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/01/conheca-historia-dos-rolezinhos-em-sao-paulo.html>. Acesso em 22 de mar. de 2018).

Médio e mais recentemente, denúncia aos impactos da propositura do Presidente Temer denominada PEC 241, especialmente nos campos da Educação Pública e Saúde, que se ideologiza-se sob o discurso de controle dos gastos governamentais por 20 anos, parte fundamental do suposto Ajuste Fiscal em marcha (BALDINO e FREITAS, 2016. p. 907).

São estes os jovens do nosso país que, atualmente, representam  $\frac{1}{4}$  da população<sup>3</sup>. Desse total, quase 30% vem de famílias com renda per capita de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo e 84% vivem em regiões urbanas, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2002).

De tal modo, é preciso salientar que, na atualidade, o jovem vem reconhecendo o seu papel de fundamental importância para a sociedade. As lideranças estudantis, sindicais, os líderes classistas, enfim, todo o coletivo jovem vem compreendendo o seu papel na sociedade e a força que tem, o que torna perceptível que a categoria ‘direitos’ se espalhou de forma abrangente pela sociedade nos últimos anos, o que faz com que os jovens de diferentes classes sociais, de diferentes espaços reconheçam seus direitos e busquem pelos mesmos. Todavia, alguns sabem até como cobrar esses direitos, mas, por outro lado, outros são menos engajados politicamente e apenas tem noção dessa ideia (BALDINO e FREITAS, 2016).

Portanto, a atual conjuntura, conta com uma geração que tem um potencial muito diferenciado de outras gerações que estavam organizadas em lugares usuais da política como, por exemplo, nos grêmios escolares, no setor acadêmico, partidos políticos, pastorais. Não que isso tudo tenha deixado de existir, mas quando se há uma oportunidade maior é possível se ver mais claramente esses coletivos.

Barbosa considera que, para isso, “as apropriações das redes sociais nas revoluções e protestos políticos tornam ainda mais urgente a dimensão política e coletiva dessas redes”. A emergência dos protestos políticos no Brasil em junho de 2013 é um dos exemplos mais recentes desta apropriação (BARBOSA, 2014, p. 13).

Outro ponto importante é que as identidades que os jovens assumem nesses movimentos não são excludentes. Ele pode, por exemplo, estar num movimento de jovens negros e a noite estar numa igreja, é totalmente possível, conforme nos evidencia Marques et al (2014):

Esta sociedade é um amplo e diversificado grupo – uma pluralidade de grupos. O jovem vai fazendo progressivamente parte de vários grupos e essa pertença exige dele a consciência de si mesmo e o desempenho de papéis sociais. A assunção da sua identidade passa pela interiorização desta diversidade de papéis. Quando o jovem diz “eu sou vegetariano” ou, “sou militante político”, está a manifestar a sua identidade, que resulta da pertença a um grupo social e exige dele o desempenho do papel correspondente. O jovem representa cada um destes papéis e assume-os, reconhece-

---

<sup>3</sup> **Síntese de Indicadores Sociais confirma as desigualdades da sociedade brasileira.**

Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/12062003indic2002.shtm>. Acesso em 22 de mar. de 2018.

se neles e os outros reconhecem-no neles também. Fica assim claro que, para além da identidade individual, há uma identidade social. Por sua vez, a identidade social alcança um enquadramento mais amplo, a dimensão cultural (MARQUES *et al.*, 2014, p. 27).

Assim, é interessante observar que eles somam causas e identidades que não se excluem e isso é muito novo e está relacionado ao modo de ver com o tempo atual, no qual outras gerações não conheceram essa possibilidade de se fazer misturas de identidades e para isso, a internet teve um papel fundamental.

### 2.3 A INTERNET COMO FOMENTADOR DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

Assim como a juventude espelha a sociedade, a internet também. Isso implica que há um arsenal de fatores podem esconder desigualdades sociais, que envolve desigualdades relacionados à qualidade do acesso, desigualdade de condições de interpretar as informações que estão circulando, etc. Ribeiro *et al.*, assim evidenciam:

Com efeito, cada vez mais as competências e a experiência adequadas para lidar com essas novas tecnologias estão a tornar-se condicionadoras do acesso à renda, riqueza e poder, consequentemente afetando a trajetória social dos indivíduos e a reprodução das desigualdades. A maior intimidade com as mesmas pode implicar maior facilidade e liberdade de acesso a fontes de conhecimento, ampliação dos âmbitos de interação e das redes sociais, e acesso facilitado a informações sobre o mercado de trabalho e notícias de emprego. Além disso, o uso e o conhecimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (tic) podem facilitar os vínculos com a administração pública, já que atualmente muitos serviços oferecidos pelo Estado, ou informações sobre os mesmos, podem ser acedidos via internet. Sobre este ponto há uma série de estudos já publicados, como veremos nos próximos parágrafos (RIBEIRO *et al.*, 2013, p. 291).

A internet também se constitui num espaço de pressão para a juventude no que tange à garantia de seus direitos. A juventude acessa mais as redes sociais, mas, por outro lado, é necessário se aprofundar neste debate. “É imprescindível entender as oportunidades abertas e os recursos proporcionados pelo acesso e uso adequado da rede” (RIBEIRO *et al.*, 2013, p. 292).

Ao se olhar os estudos, é possível perceber que há uma diferença no acesso de gênero, no qual as meninas têm um acesso muito mais restrito à comunicação social, enquanto os meninos acessam muitos sites, games, uma série de outros sites (RIBEIRO *et al.*, 2013).

E essas desigualdades acabam sendo de diferentes formas. O jovem acaba tendo acesso à internet com muito mais facilidade, mas a aplica para outro uso e para isso é necessário também se discutir a qualidade do acesso à internet.

... o nível de aproveitamento das possibilidades e oportunidades oferecidas pelo acesso a estas tecnologias – no caso, conexão à internet através de um microcomputador no domicílio – está diretamente relacionado com o tipo de uso que se faz delas. É possível utilizar a internet para realizar atividades diversas, como procurar oportunidades de emprego, vender bens, comprar bens, pesquisar preços, pesquisar informação, ler jornais, revistas, estudar, comunicar, assistir a competições desportivas, novelas e etc. Aproveitar mais e melhores oportunidades oferecidas pela rede depende, é claro, do conhecimento e competências do utilizador, o que, por sua vez, é possível que esteja relacionado com a posição social dos indivíduos. Assim, mais uma vez, a crescente importância do uso das tic poderia vir a contribuir para a reprodução das desigualdades, reforçando-a ou enfraquecendo-a (RIBEIRO *et al*, 2013, p. 292).

De tal modo, a internet pode ser vista como um grande avanço, mas, ao mesmo tempo, cabe refletir diversos fatores, tais como a qualidade dessa conexão ou ainda o papel da escola nessa discussão, de forma a proporcionar ao jovem uma reflexão sobre o repertório disposto pelas redes e a qualidade dos mesmos. Neste sentido, tem-se a conseguinte consideração.

... o campus escolar dispõe de uma atenção que pode ajudar o sujeito adolescente a assimilar, perceber, compreender, incluir e separar os teores que a internet, redes sociais e tecnologias, transmitem para ele, por meio de sua percepção, identificação e subjetividade. Perante este momento, com as dimensões que a internet e tecnologias estão apresentando, torna-se efetiva, coerente e essencial à participação do universo escolar neste contexto midiático, podendo usufruir de recursos, soluções e colaborações em seu currículo educacional (CARRINO, 2017, p. 11643).

Caso contrário, é possível se acreditar que a internet seja neutra, entretanto, ela não é neutra. Todavia, a internet reflete a sociedade e seus problemas como um todo. Mas, de fato, é outra conexão de tempo e lugar, o que, de certa forma, beneficia as pessoas que lutam por estas causas e, neste sentido, ela é positiva (RIBEIRO *et al*, 2013).

Mas, ao mesmo tempo, vai pela internet também outros movimentos que são excludentes, com diversos recortes na sociedade.

### 3 JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA

#### 3.1 O QUE SÃO POLÍTICAS PÚBLICAS?

A cada eleição os partidos e os candidatos se apresentam à sociedade com uma série de propostas, reunidas nos programas partidários. Os eleitores votam nos candidatos e nas suas propostas. Ao fazerem isso, deixam claro quais são aquelas que têm as suas preferências. Uma vez eleitos, os governantes desenvolvem as propostas que apresentaram nas eleições e as transformam em um plano de governo. É nesse plano que irão ser desenvolvidas as políticas públicas para cada área específica, como: saúde, segurança, educação, transporte, meio ambiente. Fica claro, então, que é por meio das políticas públicas que o Estado desenvolve a sua atuação (SOUZA, 2006).

Por isso, é possível dizer que as políticas públicas são um conjunto de decisões, projetos, objetivos e metas para resolver problemas em áreas específicas e garantir o melhor interesse público.

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006. p. 26).

Todavia, o trabalho não acaba com a execução dos projetos porque depois de efetivas, as políticas públicas ainda precisam ser avaliadas, e isso acontece em dois níveis.

A primeira avaliação é feita pelo próprio governo, verificando se o que foi concebido foi realizado, se tudo aconteceu de acordo com a lei e os procedimentos adequados, se os resultados imaginados foram produzidos. A segunda avaliação é aquela feita pela população. Os governantes têm o dever de mostrar a todos se cumpriram com aquilo que apresentaram como propostas no momento eleitoral. A partir daí a população irá, então, julgar se os governantes atenderam ou não as expectativas que geraram quando se apresentaram como candidatos. Isso também faz parte do exercício da cidadania (SOUZA, 2006).

Mas ainda é necessário lembrar que os cidadãos não precisam esperar o ciclo eleitoral para exercerem essa cidadania. Atualmente, eles são chamados a participar a qualquer tempo, levando suas demandas aos órgãos do Estado, principalmente, por meio do poder legislativo



que é o órgão de representação máxima do povo e que pode mobilizar diversas instâncias para que as políticas públicas sejam executadas ou alteradas (SOUZA, 2006).

Portanto, as políticas públicas podem ser consideradas enquanto a forma que o governo traduz as necessidades e prioridades que os eleitores escolheram por meio de seus votos em ações práticas. Por isso, é importante que o cidadão conheça sobre elas e saiba como participar.

### 3.2 PARADOXO ENTRE REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL E POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A JUVENTUDE

Quando se fala no termo ‘juventudes’ tem que se lembrar que a juventude espelha a sociedade no quesito das desigualdades, nas disputas de valores, convergindo para a juventude da sociedade como um todo. Esse exemplo mostra um pouco que cada conquista que se tem em termos de direitos também produz reações contrárias. É como se tivesse na sociedade uma ideia de que cada conquista traz novos desafios (MARQUES, 2011).

Assim, por um lado, tem-se a discussão da redução da maioridade penal (que ainda está em pauta) e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA do outro, como uma referência muito importante, como produto de uma luta.

Marques (2011) considera que o argumento para defender a redução da maioridade mostra que,

Mesmo decorridos vinte e quatro anos, o Estatuto da Criança e do Adolescente ainda não foi assimilado pela maioria da população, que o compreende apenas enquanto proteção oferecida ao adolescente que comete ato infracional. Assim, faz parte do imaginário coletivo como sendo um instrumento de incentivo à delinquência e de impunidade (MARQUES, 2011, p. 792).

Todavia, entre o país legal e o país real tem-se uma distância muito grande. E, neste sentido, Teixeira (2013) evidencia que ao defender esta proposta como solução para a violência,

Reduz-se o fenômeno à esfera individual, encobrindo as determinações históricas, políticas, econômicas e psicossociais da violência. A mídia também contribui para esse entendimento ao espetacularizar o crime e omitir o contexto sócio-histórico no qual o ato infracional foi cometido, tratando-o a partir de causas pessoais. Desta forma, o diálogo e a discussão sobre as multideterminações da violência não são proporcionados (TEIXEIRA, 2013, p. 19).

Assim, cabe a reflexão do desafio em se colocar em prática efetivamente esse estatuto e da necessidade de todos esses movimentos sociais voltadas para a infância e juventude o reconhecerem enquanto um instrumento para se aproximar dos direitos dos jovens.



O estatuto pode não funcionar, mas acredita-se que como a categoria dos direitos está na sociedade como um todo, neste momento atual, ele pode se constituir num instrumento para que os jovens cobrem os seus direitos (MARQUES, 2011).

O Brasil contou com uma série de avanços nos últimos anos em termos de políticas públicas, todavia ainda tem-se muito que avançar.

Neste aspecto, Maria Regina Fay de Azambuja (2009, p. 15) traz a seguinte explicitação:

Falhas múltiplas, negligência familiar, social e omissão das políticas públicas interferem no destino de nossos jovens, com sequelas que podem se estender ao longo da vida, não raras vezes com reflexos nas gerações seguintes, elevando o valor da dívida da nação brasileira para com aqueles a quem elegemos como prioridade absoluta

Diversas correntes convivem e a luta agora é pressionar para que os direitos continuem avançando. Assim, quando se pensa em políticas públicas, e a forma que as mesmas possam avançar é necessário também se pensar a articulação dessas políticas no território, analisando de que forma elas podem se integrar mais, com o olhar mais voltado para os jovens em suas diferentes instâncias.

### 3.3 DESIGUALDADE, ÍNDICES DE VIOLÊNCIA ENTRE OS JOVENS E SUAS CAUSAS

Quando se remete ao termo ‘desigualdade’ é possível dizer que há uma série de desigualdades. Por exemplo, uma mulher negra de uma zona periférica se difere de um jovem branco também da mesma área. Com isso, é importante se desmistificar que todos os jovens da periferia são iguais. É recorrente as estatísticas trazerem esses dados e, em geral, se ficar com essa impressão de que tem uma grande massa de jovens ociosos. E isso não necessariamente é verdade. Essa estatística é um retrato estático.

Silva e Silva (2010, p. 157), na sua abordagem sobre a exclusão social explicita que, no Brasil, o que se tem “é um grande contingente populacional que sempre esteve à margem da sociedade; que nunca teve inserção no trabalho formal nem participou da sociabilidade ordinária. Não ser incluído é uma condição estrutural que tem marcado gerações após gerações”.

Falar de exclusão social no Brasil seria admitir uma “perda virtual de uma condição nunca alcançada”. Tem-se uma sociedade, no dizer de KOWARICK (1999), extremamente marginalizadora do ponto de vista econômico e social que tem constituído massas de trabalhadores autônomos ou assalariados com rendimentos ínfimos que os levam a uma vida precária e sem proteção social, considerados

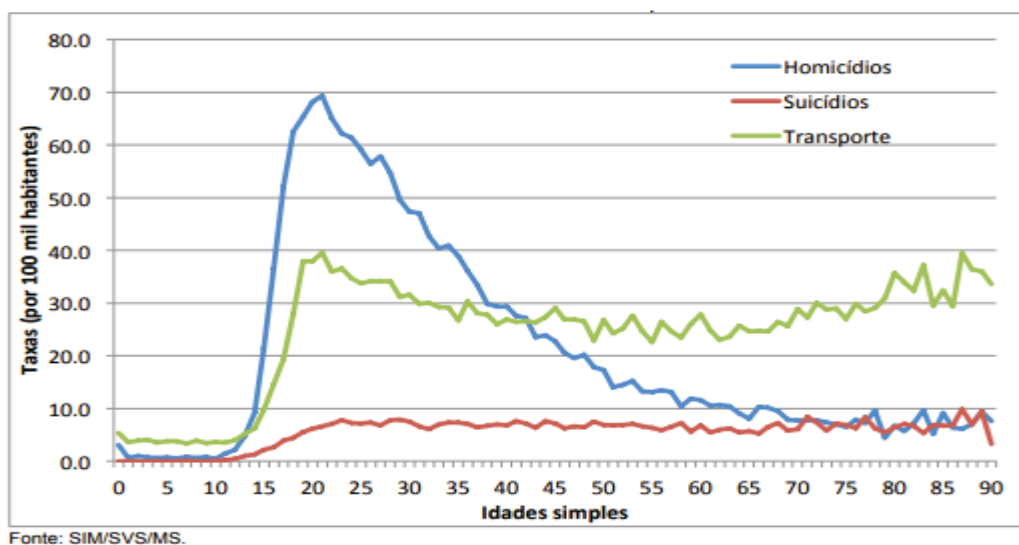
potencialmente perigosos. De modo que, no Brasil, a pobreza aprofundou-se como consequência de um desenvolvimento concentrador da riqueza socialmente produzida e dos espaços territoriais, representados pelos grandes latifúndios no meio rural, e pela especulação imobiliária no meio urbano. Tem raízes na formação sócio-histórica e econômica da sociedade brasileira (SILVA e SILVA, 2010, p. 157).

Assim, considerando o limite da categoria exclusão social para compreensão do quadro social brasileiro, ressalta-se que o homicídio é um dos principais problemas relacionados à morte dos jovens no Brasil sendo que um dado apresentado pela Anistia Internacional mostra que no Brasil apenas 5 a 8% dos casos de homicídios são solucionados (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2014).

O Brasil é considerado um dos países mais violentos do mundo, sendo que, anualmente, tem-se “1.202.245 pessoas vítimas de homicídio. • 1.041.335 vítimas de acidentes de transporte. 216.211 suicidaram-se. As três causas somadas totalizam 2.459.791 vítimas” (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2014, p. 15).

Segue abaixo o gráfico da taxa de mortalidade no Brasil no ano de 2011.

**Gráfico 1 – Taxas de mortalidade violenta por idade simples. Brasil. 2011**



Quanto estabelecido um paralelo entre a taxa de mortalidade no período de 2000 a 2014, é possível perceber que o enorme contingente populacional de mortes se dá a partir do público jovem por todo este período.

**Tabela 1 – Vitimização Juvenil (15 -29 anos) 2000-2014**

Ano	Vítimas		Vitim.
	Total	Jovem	Juvenil
2000	30.865	18.252	59,1
2001	33.401	19.800	59,3
2002	34.160	20.567	60,2
2003	36.115	21.755	60,2
2004	34.187	20.827	60,9
2005	33.419	20.336	60,9
2006	34.921	20.939	60,0
2007	34.147	20.546	60,2
2008	35.676	21.475	60,2
2009	36.624	21.912	59,8
2010	36.792	21.843	59,4
2011	36.737	21.594	58,8
2012	40.077	23.867	59,6
2013	40.369	23.984	59,4
2014*	42.291	25.255	59,7
<b>Total</b>	<b>830.420</b>	<b>481.683</b>	<b>58,0</b>
$\Delta$ % 1980/2003	491,7	588,7	16,4
$\Delta$ % 2003/2014*	17,1	16,1	-0,9
$\Delta$ % 1980/2014*	592,8	699,5	15,4

(Fonte: Mapa da Violência, 2016, p. 47).

O Mapa da Violência (2014, p. 15) ainda evidencia que “em conjunto, a partir dos 19 anos de idade, e até os 26, as taxas de mortalidade violenta ultrapassam os 100 óbitos por 100 mil jovens”.

Desses homicídios menos de 8% se tem a conclusão de uma investigação. Ao se comparar países economicamente desenvolvidos, as taxas de solução dos homicídios chegam a 80% enquanto no Brasil não se passa de 8%. Portanto, é um dos países que mais se mata no mundo e pouco se investiga (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2014).

Assim, na realidade, o país ainda conta com uma polícia muito ineficiente que não previne que esses homicídios aconteçam, não só política de segurança pública, mas também políticas sociais e, por outro lado, não se investigando os homicídios cometidos.

Ressalta-se que esse é um fator complicado, pois não é somente a investigação, tem a questão de atuação da polícia e do sistema de justiça criminal, Ministério Público, poder judiciário, ou seja, uma série de instituições que tem o cumprimento de sua atuação profissional questionável no que tange à efetividade e redução desses índices.

Ao se investigar os dados desses homicídios, as principais vítimas são os jovens do sexo masculino com faixa etária até os 29 anos (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2014).

O Atlas da Violência (2017) também corrobora neste sentido: “De cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras. Jovens e negros do sexo masculino continuam sendo assassinados todos os anos como se vivessem em situação de guerra” (IPEA, 2017, p. 32).

Entre os anos 2002 e 2012, a tendência nos homicídios segundo raça/cor das vítimas foi unívoca: queda dos homicídios brancos – diminuem 24,8% – e aumento dos homicídios negros: crescem 38,7%. Tomando em consideração as respectivas populações, as taxas brancas caem 24,4% enquanto as negras aumentam 7,8%. Com isso o índice de vitimização negra total passa de 73,0 % em 2002 (morrem proporcionalmente 73% mais negros que brancos) para 146,5% em 2012, o que representa um aumento de 100,7% na vitimização negra total (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2014, p. 166).

Todavia, para se pensar essas mortes têm que entender que existe um alvo especial dessa violência, sendo este, o jovem negro, que reside em favelas e periferias dos grandes centros urbanos.

Cerqueira e Coelho (2017), a partir de análises econométricas com base nos microdados do Censo Demográfico do IBGE e do SIM/MS, mostraram que a tragédia que aflige a população negra não se restringe às causas socioeconômicas. Estes autores estimaram que o cidadão negro possui chances 23,5% maiores de sofrer assassinato em relação a cidadãos de outras raças/cores, já descontado o efeito da idade, sexo, escolaridade, estado civil e bairro de residência. Cerqueira e Coelho mostraram que, do ponto de vista de quem sofre a violência letal, a cidade do Rio de Janeiro é partida não apenas na dimensão econômica entre pobres e ricos, ou na dimensão geográfica, mas também pela cor da pele. Ao calcular a probabilidade de cada cidadão sofrer homicídio, os autores concluíram que os negros respondem por 78,9% dos indivíduos pertencentes ao grupo dos 10% com mais chances de serem vítimas fatais, conforme o Gráfico 5.1 deixa assinalado (IPEA, 2017, p. 32).

O que se percebe é que o corpo negro é o alvo dessa violência. O que implica que o racismo continua ainda a atravessar toda a racionalidade do Estado brasileiro, ou ainda, é possível considerar que a sociedade ainda tende a se pautar por uma espécie de atualizações advindas do período ditatorial e vivenciadas em nosso cotidiano. Isso é demonstrando cotidianamente nas grandes periferias pela racionalidade do policial armado e que executa negros das grandes periferias durante sua atuação, muitas vezes apenas com o discurso de defesa.

Tudo isso converge pela necessidade de se evitar essa criminalização da juventude, como se, em potencial, todo jovem fosse criminoso.

No que tange às causas dessa violência, estas são de natureza variada. O Atlas da Violência (2017) aponta que a primeira delas está relacionada ao mercado de trabalho.

O crescimento econômico faz aumentar a oferta de postos de trabalhos, ao mesmo tempo em que eleva o salário real do trabalhador. Isto faz com que o custo de oportunidade de entrar no mundo da criminalidade urbana aumente, fazendo diminuir os incentivos a favor do crime, o que contribui para a queda das taxas. Claramente, se

as boas oportunidades ficam restritas apenas a um pequeno grupo da sociedade, o tiro pode sair pela culatra, uma vez que o prêmio para cometer o crime aumenta para quem não participa da festa, ou seja para aqueles indivíduos que permanecem desempregados, sem oportunidades e perspectivas futuras. Existe uma vasta literatura empírica sobre esse tema. No Ipea, foi feito um exaustivo trabalho com dados de todos os municípios brasileiros desde 1980 e concluímos que a cada 1% de diminuição na taxa de desemprego de homens faz com que a taxa de homicídio diminua de 2,1% (IPEA, 2017, p. 20-21).

Conta-se com a presença de grupos criminosos, jovens que se matam entre eles, conta-se ainda com a letalidade policial. Neste sentido, o Atlas da Violência (2017) corrobora:

Para além da necessidade de rever os protocolos de registro para esses casos pela área da saúde, devemos insistir na mudança de um modelo de segurança pública que, se não promove, é conivente com o uso abusivo da força letal e execuções sumárias, ao mesmo tempo que expõe e vitimiza cada vez mais os seus agentes (IPEA, 2017, p. 22).

Em alguns Estados, de 10 a 20% desses homicídios são causados pela ação da polícia e a justificativa para essa ação é o combate às drogas. Em nome disso são cometidas execuções sumárias e abuso de força de forma não proporcional contra jovens e comunidades mais carentes (IPEA, 2017).

Outra causa para essa violência decorre da eficácia das políticas públicas:

A situação acima ocorre quando as transformações urbanas e sociais acontecem rapidamente e sem as devidas políticas públicas preventivas e de controle, não apenas no campo da segurança pública, mas também do ordenamento urbano e prevenção social, que envolve educação, assistência social, cultura e saúde, constituindo assim o quarto canal pelo qual o desempenho econômico pode afetar a taxa de criminalidade nas cidades. Ou seja, a qualidade da política pública é um dos elementos cruciais que podem conduzir à diminuição das dinâmicas criminais (IPEA, 2017, p. 22).

Há também a construção social do jovem na sociedade que tem de ser agressivo, que tem que ter poder, tudo isso é estimulado. Toda a visão social desse jovem, e de seu lugar na sociedade faz com que o mesmo fique mais afeito a situações de vulnerabilidade e violência, não só no envolvimento com o crime, mas também nas relações interpessoais (MARÔPO, 2014).

Um ponto que chama a atenção é a situação de violência no interior das escolas, da falta de professores, de infra-estrutura, dessa situação que é generalizada.

A violência no país é também usada para mediar os nossos conflitos. Isso demonstra uma banalização da violência e também certa indiferença a esse grande número de jovens que são mortos.

Com isso, é necessário se trabalhar um deslocamento desse foco, pois enquanto houver insistência de que o ataque deve ser direcionado ao tráfico de drogas, localizado na favela e nos

territórios de periferia, a sociedade continuará a alimentar uma grande demanda por segurança, o que leva, por sua vez, cidades cada vez mais militarizadas.

Tudo isso denota a necessidade da fomentação de constantes debates acerca da desmilitarização da segurança pública como um todo.

### 3.4 JUVENTUDE, CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O COMBATE À VIOLÊNCIA

É possível salientar que os Estados brasileiros ainda contam com um cenário retrógrado no que diz respeito às políticas públicas voltadas para a juventude, nos seus mais diversos segmentos, seja no que tange ao acesso à saúde, educação, políticas de incentivo ao primeiro emprego.

Todavia, dentre os esforços do Governo Federal cabe enfatizar a aprovação do decreto nº 6.872 que de acordo com Guimarães (2012) “merece destaque por trazer um conjunto de ações para a juventude no eixo 12”. De tal modo, pode ser citado o conjunto de ações que visam:

I - ampliar as ações de qualificação profissional e desenvolvimento humano voltadas aos jovens negros, especialmente nas áreas de grande aglomeração urbana; II - promover ações de combate à violência contra a população negra, indígena e cigana jovens; III - promover políticas públicas nas áreas de ciência, tecnologia e inovação que tenham como público alvo a juventude negra, indígena e cigano; IV - assegurar a participação da juventude negra, indígena e cigana nos espaços institucionais e de participação social; V - reduzir os índices de mortalidade de jovens negros, indígenas e ciganos; VI - promover ações de reforço à cidadania e identidade do jovem, com ênfase na população negra; e VII - apoiar ações afirmativas que objetivem ampliar o acesso e permanência do jovem negro, indígena e cigano na escola, notadamente na universidade (BRASIL, DECRETO Nº 6.872, DE 4 DE JUNHO DE 2009).

Portanto, é ainda é encontrada uma série de deficiências nas mais diversas políticas públicas brasileiras, tendo como exemplo a área educacional em que 51,5 milhões<sup>4</sup> de estudantes estão matriculados nas instituições privadas de ensino conforme dados do IBGE (2014), o que implica que o acesso à educação pública de nível superior e gratuito não está sendo garantido pela maioria dos Estados brasileiros, até o presente momento.

Para muitas pessoas ainda é visto como algo novo a garantia de políticas voltadas para a juventude, como assim expõe o Guia de Políticas Públicas voltadas para a juventude (2006). Todavia, essas se fazem de suma importância.

---

<sup>4</sup> **Censo Escolar 2014**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32124>. Acesso em 22 de mar. de 2018.

No que se refere à juventude, é recente a inclusão desta temática na agenda política do Brasil e do mundo. As políticas públicas passaram a incluir as questões relacionadas à juventude, de forma mais consistente, por motivos emergenciais, já que os jovens são os mais atingidos pelas transformações no mundo do trabalho e pelas distintas formas de violência física e simbólica que caracterizam o século XXI. No Brasil, o tema ganhou maior relevância na década de 90, a partir dos esforços de pesquisadores, organismos internacionais, movimentos juvenis e gestores municipais que enfatizavam a singularidade da experiência social desta geração de jovens. No entanto, até recentemente, as políticas públicas eram restritas ao universo do jovem e/ou adolescente, de até 18 anos. O debate público e a mobilização que ocorreram em torno do Estatuto da Criança e do Adolescente – uma das mais avançadas leis existentes no mundo – foram decisivos para a visibilidade dada aos direitos da infância e adolescência e às políticas públicas destinadas a essa faixa etária (BRASIL, 2006, p. 06).

No que tange aos dados, o Observatório Jovem expõe que o país conta com 51 milhões<sup>5</sup> de jovens entre 15 a 29 anos. Em termos de políticas públicas isso é algo considerável. Nesse sentido, o Observatório Jovem traz a seguinte explicitação:

No sentido de possibilitar a estruturação de uma Política Nacional de Juventude no país, o governo federal criou em 2005 a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), que atuaria com o apoio do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) na implementação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). Este programa, originalmente direcionado para a população juvenil entre 18 anos e 24 anos que estava fora da escola e do mercado de trabalho, passou recentemente por um processo de ampliação, alcançando, então, outros grupos juvenis - como aquele constituído por pessoas entre 18 anos e 29 anos, que não concluíram o ensino fundamental, não estão no mercado laboral e estão em domicílios considerados pobres. O Projovem passou também por um processo de integração com programas coordenados por outras instituições, com o intuito de oferecer uma maior proteção contra os riscos, bem como um maior leque de oportunidades de desenvolvimento para os jovens (Disponível em: <http://www.uff.br/observatoriojovem/materia/juventude-e-pol%C3%ADticas-sociais>).

Outro programa trazido no mesmo ano pelo governo federal foi o Programa Bolsa-Atleta tendo este como objetivo:

Garantir apoio financeiro aos atletas com mais de 12 anos, que não contam com o patrocínio da iniciativa privada e que já começaram a mostrar seu alto potencial em competições nacionais e internacionais. O Programa permite que o atleta treine sem precisar abandonar os estudos ou o esporte para ajudar no sustento da família (BRASIL, 2006, p. 15).

Outro programa trazido pelo Governo Federal ainda no ano de 2003 foi o Programa Brasil Alfabetizado que tem por objetivo:

Promover a alfabetização dos brasileiros com mais de 15 anos que não tiveram a oportunidade de estudar. Lançado em 2003, o Programa transformou campanhas temporárias de alfabetização, de alcance limitado, em uma política pública

---

<sup>5</sup> **Juventude e políticas Sociais.** Disponível em: <http://www.uff.br/observatoriojovem/materia/juventude-e-pol%C3%ADticas-sociais>. Acesso em 22 de mar. de 2018.



permanente de acesso à educação. A alfabetização foi integrada à educação de jovens e adultos com o propósito de garantir a continuidade dos estudos aos egressos do Programa. As aulas têm duração de oito meses e podem ser aplicadas diversas metodologias de ensino, definidas conforme as características da entidade de ensino e das particularidades do público atendido. Com o Programa, a alfabetização de jovens e adultos passou a constituir-se em um dos eixos estratégicos da política educacional do país, integrando-se a outras políticas públicas voltadas para a inclusão dos grupos historicamente excluídos (BRASIL, 2006, p. 17).

O Guia de políticas públicas traz ainda uma série de programas, tais como o Escola Aberta, o Programa Escola de Fábrica, o Programa de melhoria e expansão do ensino médio, dentro outros (BRASIL, 2006). Portanto, uma série de políticas vem se estabelecendo no cenário brasileiro desde este período em frente com políticas voltadas para a juventude.

Vale ressaltar que o guia explicita que, a partir de ampla pesquisa das condições socioeconômicas do jovem brasileiro, foram identificados nove desafios para nortear a consolidação da Política Nacional de Juventude, a saber:

- ampliar o acesso ao ensino e a permanência em escolas de qualidade;
- erradicar o analfabetismo;
- preparar para o mundo do trabalho;
- gerar trabalho e renda;
- promover uma vida saudável;
- democratizar o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia da informação;
- promover os direitos humanos e as políticas afirmativas;
- estimular a cidadania e a participação social;
- e - melhorar a qualidade de vida no meio rural e nas comunidades tradicionais (BRASIL, 2006, p. 08).

Portanto, todos os governantes do país e do Estado devem ter um olhar voltado para a sua juventude. O que caracteriza essa geração são múltiplas entradas, tanto nas universidades quanto no mundo do trabalho. Isso a diferencia de outras gerações, pois antigamente os mais pobres estudavam pouco, entravam no mundo do trabalho e não retornavam aos estudos. Essa é uma geração onde o casamento e a escola, no mundo do trabalho estão desfeitos. O que implica que as pessoas podem ter um diploma e não conseguir trabalhar, tendo que voltar a estudar e fazer uma segunda faculdade, por exemplo. Ou então ter de continuar e ter um emprego abaixo daquilo que ele conseguiu em termos de escolaridade (BALDINO e FREITAS, 2016).

Portanto, tudo isso chama a atenção de que os jovens necessitam de mais oportunidades, uma escola de melhor qualidade, mas chamar a atenção para um conjunto de jovens que estão em processo e almejando entrar numa universidade.

Assim, tais políticas públicas devem dar um enfoque para esse cidadão, saber suas demandas, intermediá-las junto às plataformas de governo, seja por meio das oitivas, da análise dessas informações, desses indicadores para que assim, possa ser possível novas formulações de políticas públicas para esse segmento (BALDINO e FREITAS, 2016).



É perceptível que, atualmente, a juventude esteja despertando no sentido de assumir maior interesse pelas políticas públicas, pela política eleitoral, ou ainda, pela política partidária, o que mostra ser muito positivo, pois quando a juventude realmente encampa os seus deveres constitucionais procurando fazer com que seus direitos sejam cumpridos, denota que o país tende a evoluir cada vez mais (BALDINO e FREITAS, 2016).

O jovem está fazendo com que a sociedade se organize novamente, de modo a reivindicar das autoridades competentes os seus direitos, constituídos e preconizados pela Constituição Federal ou, mais especificamente, pelo Estatuto da Juventude.

Torna-se mister esta participação social, essas redes de cooperação que envolvem sociedade civil e poder público, portanto, conta-se no cenário atual com um jovem que vem efetivamente assumindo o seu papel frente à sociedade.

Por fim, a educação é uma política pública essencial para redução desses atos de violência, mas, especialmente, uma educação que repense esse processo de criminalização. A criminalização não está só focando esse jovem, mas também sua família.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se fosse possível fazer uma síntese sobre as causas da violência no Brasil, seria possível apontar para a situação de abandono dessa juventude, a falta de expectativa, de inserção no mundo do trabalho, a expectativa de futuro, que parece ainda ser muito recorrente, fazendo com que o jovem não consiga se enxergar neste processo.

De tal modo, cabe repensar o nosso modelo de polícia, o nosso modelo de políticas públicas em relação à população mais carente. É de se espantar o grau e a brutalidade ainda dos aparelhos de Estado, de articulação da polícia em relação às classes subalternas

Por vezes, os próprios jovens se sentem vítimas da ação da polícia, seja pela forma truculenta com que chegam, seja em função da própria violência física direta ou da violência verbal como se esses fossem sempre suspeitos.

O tempo todo, esses jovens têm contato com as drogas, nos vários espaços vulneráveis que tem dentro da sua comunidade. Os jovens reconhecem que as drogas se constituem num problema, que causam graves danos sociais, mas eles não acreditam mais nessa perspectiva da polícia enquanto órgão controlador e que possa realmente tornar a vida dos moradores melhor.

Tudo isso faz com que essa juventude não confie na polícia, que, por sua vez, utiliza a violência como forma primeira de solução dos problemas e não como a última razão para que se resolva um problema. A polícia é a última força que deveria estar num bairro e não a primeira força. É preciso se entender que política de segurança tem que chegar com saúde, educação e lazer nos bairros

Por outro lado, o que é possível se observar é que os jovens tendem a estar abertos a uma série de diálogos, e, ao mesmo tempo, eles não querem mais a reprodução desse lamentável estado de desigualdade em que uma grande parcela populacional se encontra.

Portanto, é possível considerar a falência gradativa do Estado brasileiro neste aspecto, das políticas públicas voltadas para estes jovens, os alarmantes índices de desemprego, da qualidade das escolas públicas brasileiras que, em geral, pouco atendem às necessidades dos jovens, ainda a saúde pública, pouco eficaz. Tudo isso se traduz num constante estado de privação vivenciado por um grande quantitativo de jovens das grandes periferias e bairros de nosso Estado, que não demandam de áreas de lazer, das abordagens policiais sofridas de maneira truculenta.

A organização das políticas públicas que é elaborada e discutida sem ouvir essa demanda real que acontece nos espaços da vila, da escola, nas famílias. Tudo isso denota a

necessidade de que essas políticas realmente atendam a essas necessidades e, para isso, faz-se necessário ouvir e conhecer essas necessidades.

Tudo isso converge também por mais qualidade na educação. É importante que esse tempo que o jovem permanece na escola seja efetivamente preenchido. Tal espaço é propício para a marginalidade, a criminalidade, a falta de limites e referências e, para isso, faz-se mister uma atuação mais efetiva da escola. Ou seja, não é um pedido por mudanças de sua metodologia, das práticas pedagógicas, das formas de relacionamento. Mas, um pedido de que o tempo em que este jovem não estiver em casa, com os pais, a família, tenha o seu tempo ocupado, ao máximo preenchido pela escola.

Deste modo, que os jovens encampem, através de suas bandeiras de lutas, a defesa de seus interesses, constituídos por leis, o que torna legítima a manifestação dos jovens pela garantia de seus direitos e daquilo que seja passível de reforma, seja ela política ou não. Entretanto, que tais reivindicações sejam encampadas, mas na plataforma correta, ou seja, através das oitivas, de seminários, assembleias, audiências públicas e do próprio processo eleitoral, de modo geral.

## 5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. **A Criança, o Adolescente: aspectos históricos**. 2009. Disponível em: [http://www.mprs.mp.br/areas/infancia/arquivos/aspectos\\_historicos\\_maregina.doc](http://www.mprs.mp.br/areas/infancia/arquivos/aspectos_historicos_maregina.doc). Acesso em: 22 mar. 2018.

BALDINO, José Maria. FREITAS, Felipe Silva de. **Movimento de ocupação de escolas públicas – jovens estudantes contra a gestão da escola pública por organizações sociais**. Disponível em: *educativa*, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 902-926, set./dez. 2016. Acesso em 20 de mar. de 2018.

BARBOSA, Liége Freitas. **Jovens e movimentos sociais no Brasil: interrogando significados das manifestações de junho de 2013**. X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014. Disponível em: [http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq\\_pdf/1800-0.pdf](http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1800-0.pdf). Acesso em 20 de mar. de 2018.

BERGER, Kathleen Stassen. **O desenvolvimento da pessoa da infância à adolescência**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003. 432 p.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 13. ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 1999. 368 p.

BRASIL. DECRETO Nº 6.872, DE 4 DE JUNHO DE 2009. **Aprova o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PLANAPIR**, e institui o seu Comitê de Articulação e Monitoramento. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2009/decreto-6872-4-junho-2009-588674-norma-pe.html>. Acesso em 23 de mar. de 2018.

BRASIL. **Guia de Políticas Públicas de Juventude Brasília**: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006. Disponível em: <http://bibjuventude.ibict.br/jspui/bitstream/192/117/1/guiajuventude1.pdf>. Acesso em 21 de mar. de 2018.

CARRINO, Adauto Luiz. **A internet e o adolescente no contexto escolar. VII Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente**. Disponível em: [http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25689\\_12182.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25689_12182.pdf); Acesso em 22 de mar. de 2018.

FOLLMAMM, J. Ivo. **Identidade como Conceito**. Ciências Sociais UNISINOS, São Leopoldo, nº 158, v 37, 43 – 6, 1º semestre/ 2001.

GUIMARÃES, Ângela. **Uma década de Políticas de Igualdade Racial e Juventude, Para onde caminhamos?** In: *Juventudes Negras do Brasil – trajetórias e lutas*. Observatório de Juventudes Negras. São Paulo: 2012.

IPEA. **Atlas da violência 2017**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <http://olma.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Brasil-Atlas-da-Viol%C3%Aancia-2017.pdf>. Acesso em 22 de mar. de 2018.

MÁRQUES, F. T. **Intolerâncias e in(ter)venções: “menores” e “crianças” no imaginário social brasileiro**. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Ninez y Juventud*. v.9, p. 797

– 809, 2011. Disponível em: <http://revistaumanizales.cinde.org.co/index.php/Revista-Latinoamericana/article/view/474/266> . Acesso em: 20 de mar. de 2018.

MARÔPO, Lídia. **Identidade e estigmatização:** as notícias na percepção de crianças e jovens de um bairro de realojamento. Edição e propriedade. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. *Análise Social*, 210, xlix (1.º), 2014.

MARQUES, Helena. *et al.* Jovens e processos de construção de identidade na rede: O caso do Facebook. **Revista Educação, Formação & Tecnologias** (julho - dezembro, 2014), 7 (2), 26-38. Disponível em: <https://eft.educom.pt/index.php/eft/article/viewFile/414/202>. Acesso em 22 de mar de 2018.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. *et al.* **Desigualdades digitais:** acesso e uso da internet, posição socioeconômica e segmentação espacial nas metrópoles brasileiras. *Análise Social*, 207, xlviii (2.º), 2013. Edição e propriedade. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista Katál**. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 155-163 jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/02.pdf>. Acesso em 22 de mar. de 2018.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas:** uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em 23 de mar. de 2018.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência, 2014.** Os jovens do Brasil. Rio de Janeiro, 2014. Flacso Brasil. Disponível em: [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014\\_JovensBrasil\\_Preliminar.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil_Preliminar.pdf). Acesso em 22 de mar. de 2018.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2016.** Os Jovens do Brasil. Brasília, Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura. 2016.

**DECLARAÇÃO DE AUTORIA**

Declaro para os devidos fins que este texto por mim apresentado como monografia, visando a obtenção do Diploma de Especialista em Sociologia Política pela Universidade Federal do Paraná, atende às seguintes condições: é de minha exclusiva autoria; na produção do referido texto não houve o uso indevido, antiético ou ilegal de trabalhos de outros autores, nem de práticas que possam ser consideradas como plágio; que a responsabilidade pela eventual ocorrência de práticas ilegais e antiéticas é exclusivamente minha; que não houve o auxílio de outras pessoas, remuneradas ou não, exceto, eventualmente, no que diz respeito à normalização ou revisão ortográfica do texto. Por fim, declaro estar ciente de que a eventual comprovação de tais práticas implicará em expulsão imediata deste curso, o que não me exime de outras penalidades previstas em lei.



---

CURITIBA, 03 DE ABRIL DE 2018